

Conjuntura

Hipólito Martins Filho

hipolito@economista902@gmail.com



Não é desse jeito

Não acreditamos mais em falsas ideologias, ora de direita, esquerda ou centro. Foi feito muito pouco no atual governo; temos poucas coisas a comemorar. Com exceção do avanço na Infraestrutura, resta algumas miudezas. Mas, de qualquer forma, a proposta de programa de governo da atual gestão era boa, faltou cumprir. E de governo em governo vamos perdendo a esperança de que ainda seremos um País menos desigual, pois do futuro dificilmente será. É impossível crescer e distribuir renda com tantas agressões vindas de todos os lados. A ideologia é o que menos importa; o fato de termos mais de 30 partidos explica essa questão.

Acabamos de ver o Partido dos Trabalhadores sugerindo um "programa de governo" que não tem nenhuma conexão com uma possível retomada do desenvolvimento econômico e social do País. Ignora aquilo que a médio prazo poderia alavancar o crescimento econômico, tais como

as privatizações, reforma trabalhista, teto de gastos, concessões na infraestrutura, autonomia do Banco Central e as reformas necessárias e importantes como a administrativa, tributária e do próprio Estado. Esse programa volta a criar ilusões e se confirmado será uma volta ao passado, será um grande retrocesso.

A reforma trabalhista é um marco jurídico, trouxe equilíbrio social e econômico. As relações de trabalho são um dos maiores desafios que qualquer governo terá pela frente, dadas as profundas transformações pela qual está passando o mercado de trabalho, ora pelas mudanças tecnológicas, ora pelo aumento de expectativa de vida, e também pelo novo arranjo do homem e da mulher na família e em seu trabalho. Basta olhar

com um pouco mais de cuidado e verá que a reforma trabalhista não extinguir direitos, proporcionou mais liberdade e flexibilização nas relações trabalhistas. É sabido que o programa de privatizações pouco avançou no governo atual, mas o caminho continua sendo esse.

O "revogação petista" pretende anular a autonomia do Banco Central, aprovada no ano passado. É um absurdo difícil de se entender. Está claro que o Partido dos Trabalhadores propõe mudar a orientação liberal que se pretendeu instalar nos governos Temer e Bolsonaro. Claro que muita coisa precisa ser revista no atual governo, mas não se pode renunciar os acertos - foram poucos, e dar um "cavalinho de pau" na política econômica, pois as incertezas e

instabilidades vêm empobrecido o País e tirando-o do mapa da competitividade. Achar que a autonomia do Banco Central pode deixar o governo de mãos atadas, como diz a assessoria do PT, é não ter a menor ideia da importância e da complexidade da política monetária de um País, é uma causa populista.

Quando o ex-presidente Lula perguntou a quem interessa a autonomia do Banco Central, a resposta é muito fácil. Interessa a toda a sociedade, porque é por intermédio do controle da inflação, dos juros é que atrairemos investimentos e empregos de boa qualidade e teremos a volta do crescimento econômico. Não é distribuindo dinheiro subsidiado a classes mais favorecidas e queiras para menos desfavore-

cidas que diminuiremos as desigualdades sociais.

Quanto à revisão do teto de gastos, se mudado, será outro grande retrocesso e servirá tão somente para atender interesses políticos e acabar com a pouca credibilidade que ainda resta ao País. O governo atual vem se esforçando para isso. É de se arrastar quando se ouve um candidato dizer que o Estado precisa ter uma participação maior na economia, monitorar os costumes da sociedade. Cabe ao Estado outras funções nobres, como garantir a educação, saúde, segurança e promover políticas públicas sólidas, como a criação de uma renda mínima e digna. Não é importante é garantir os direitos constitucionais, dando segurança jurídica às empresas. Não estou aqui defendendo partidos ou governo, pois o que está no comando pouco fez, e o que quer voltar ainda não apresentou o seu programa de governo.

■ ALTA EM JANEIRO - Índice apurado pelo FGV-Ibre é referência para tarifa pública e contratos antigos de aluguel; dezembro havia fechado em queda: 0,14%

Inflação medida pelo IGP-10 sobe 1,79%

■ Com o resultado de agora, o índice acumula alta de 17,82% em 12 meses

Agência Brasil

O Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) subiu 1,79% em janeiro deste ano, depois de cair 0,14% em dezembro, de acordo com os dados divulgados nesta segunda-feira, 17, pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre).

Os preços para compor o indicador são coletados entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência, servindo de base para o reajuste de tarifas públicas e contratos antigos de aluguel e planos de saúde. O IGP reúne os indicadores de preços ao produtor, ao consumidor e o custo da construção civil.

Com esse resultado, o índice acumula alta de 17,82% em 12 meses. Na comparação anual, em janeiro de 2021 o IGP-10 subiu 1,33%, com acumulado de 12 meses de 24,49%.



Indicador apurado pela FGV reúne os indicadores de preços ao produtor, ao consumidor e o custo da construção civil.

De acordo com o coordenador dos índices de Preços do instituto, André Braz, o indicador foi influenciado pelo aumento no preço de commodities e pela baixa na gasolina.

"As acelerações observadas nos preços do minério de ferro,

que passaram de -19,28% em dezembro para 24,56% em janeiro, e da soja, indo de -3,41% para 2,92%, itens de maior peso no índice ao produtor, orientam o avanço da taxa do IPA (Índice de Preços ao Produtor Ampla), com maior influência

sobre o IGP-10. Já a inflação ao consumidor e na construção civil apresentou desaceleração em função da queda do preço da gasolina, que foi de 5,50% para -1,51%, e dos preços de vergalhões e arames de aço, que passaram de -0,40% para -1,61%.

2,27%
foi o quanto subiu o Índice de Preços ao Produtor Ampla (IPA)

Preços

Em janeiro, o Índice de Preços ao Produtor Ampla (IPA) subiu 2,27%, após a queda de 0,51% em dezembro. Por estágios de processamento, Bens Finais variaram de 0,42% para 0,73%, puxados pelo subgrupo alimentos em natura, que passaram de -2,84% para 3,14%. O índice dos Bens Finais, que exclui os alimentos em natura e combustíveis para o consumo, subiu 0,87% em janeiro, após variar 0,46% em dezembro.

Já o grupo Bens Intermediários teve a taxa desacelerando de 1,98% em dezembro para 0,55% em janeiro. A principal contribuição veio do subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, que passou de 4,28% para

-1,31%. O índice de Bens Intermediários (ex, que exclui da análise esse subgrupo, variou 0,86% em janeiro, após alta de 1,60%.

No grupo Matérias-Primas Brutas, o índice acelerou de -3,78% em dezembro para 5,43% em janeiro. As principais contribuições partiram do minério de ferro, da soja em grão e do milho em grão, que passaram de -4,71% para 2,86%. As principais desacelerações ocorreram nos itens bovinos (1,28% para 2,73%), café em grão (10,83% para 4,24%) e cana-de-açúcar (3,08% para 1,53%).

Preços ao consumidor
De acordo com o FGV-Ibre, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) subiu 0,40% em janeiro, desacelerando em relação ao aumento de 1,08% de dezembro. Entre as oito classes de despesa componentes do índice, cinco tiveram queda nas taxas. São elas os Transportes (2,49% para -0,26%); Educação, Leitura e Recreação (2,61% para 0,38%); Comunicação (0,08% para 0,00%); Despesas Diversas (0,16% para 0,10%); e Habitação (0,77% para 0,74%).

■ DEVIDO AO AVANÇO DA PANDEMIA

Receita Federal adia para 31 de março o retorno presencial

Agência Estado

A Secretaria Especial da Receita Federal mudou para 31 de março de 2022 a data para o retorno ao trabalho presencial de servidores e empregados públicos que atuam no órgão. Com isso, a instituição poderá reorganizar as tarefas com a adoção de trabalho remoto, especialmente para aqueles do grupo de risco ou que convivam com pessoas do grupo de risco para Covid-19.

O retorno deveria ter começado no fim do ano passado, mas a Receita decidiu revisar a determinação "em razão de

mudança no cenário epidemiológico da doença provocada pelo coronavírus (covid-19) e sua atual variante Ômicron", conforme cita em portaria publicada no Diário Oficial da União desta segunda, 17.

"Compete aos titulares de unidades da RFB (Receita Federal do Brasil) assegurar a preservação das atividades e o funcionamento de serviços de natureza presencial", cita a norma divulgada.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações também autorizou a suspensão imediata do trabalho presencial de quatro órgãos vincu-

lados à pasta "em função do elevado número de casos confirmados de covid-19 na última semana entre os servidores e colaboradores que retornaram às atividades presenciais".

A suspensão vale até o dia 31 de janeiro e alcança o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Laboratório Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e o Instituto Nacional de Tecnologia (INT). Estão liberados a trabalhar presencialmente somente aqueles servidores que atuam em atividades essenciais.

■ AUMENTO EM NOVEMBRO

Faturamento da indústria interrompe 3 meses de queda

Agência Estado

O faturamento real da indústria de transformação cresceu 0,70% em novembro, na comparação com outubro, retraindo os efeitos sazonais, informou a Confederação Brasileira da Indústria (CNI). O avanço no penúltimo mês de 2021 reverte sequência de três quedas seguidas, em que houve tombos acumulados de 7,8%.

"A alta reverte a queda do mês anterior, mas mantém o faturamento real em patamar relativamente baixo, inferior ao faturamento realizado entre outubro de 2020 e julho de 2021", diz a CNI, em nota.

Na comparação com novembro de 2020, o faturamento real registrou queda de 9,1%. Já no acumulado de janeiro e novembro de 2021, o crescimento é de 4,6% ante o mesmo período de 2020.

Por outro lado, a Utilização da Capacidade Instalada teve retração pelo quinto mês consecutivo em novembro, de 0,1 ponto percentual, para 80,5%, na série livre de influências sazonais. Apesar disso, está 1,1 ponto acima do mesmo mês de 2020 e se encontra em nível elevado em relação ao período anterior à pandemia, em 2019.

A CNI ainda informou que o emprego nas fábricas aumentou 0,20% na mesma base de compa-

ração após três meses de estabilidade. Com esse resultado, a CNI afirma que o indicador retomou a trajetória crescente iniciada no segundo semestre de 2020 e que havia desacelerado a partir de junho de 2021. Ante novembro de 2020, o avanço foi de 4,1%. De janeiro a novembro do ano passado, a alta acumulada foi de 4,2%.

Já as horas trabalhadas na produção avançaram 0,7% em novembro em relação a outubro. A alta não foi suficiente para compensar a queda de outubro (0,9%). Frente a novembro de 2020, o aumento foi de 1,6%. No acumulado de 2021, há crescimento de 10,1% frente ao mesmo período do ano anterior.